

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: a importância do processo de imunização enquanto um direito das crianças e adolescentes.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo<sup>1</sup>  
POMPEU, Layane Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho desenvolvido no âmbito do Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins apresenta os resultados dos estudos desenvolvidos para compreensão dos posicionamentos e opiniões das equipes dirigentes das unidades escolares públicas do município tocantinense de Araguaína, com ênfase na importância da imunização enquanto um direito das crianças e adolescentes. Em 2022, o Programa Residência Pedagógica e as atividades do estágio curricular revelam um ambiente escolar profundamente impactado pela pandemia da covid-19. Além das severas dificuldades dos alunos no processo de aprendizagem, temos as professoras com grandes dúvidas para enfrentar um inédito cenário educacional. Portanto, a investigação de natureza qualitativa e quantitativa, conduzida por meio de uma pesquisa de opinião, desenvolveu-se a partir da aplicação de questionário *online* direcionado aos profissionais da educação, quais sejam, diretores e coordenadores que atuavam na direção escolar da rede municipal de ensino da Prefeitura de Araguaína, durante realização de uma Oficina Pedagógica do Projeto Central QualiTOPAMA, em maio de 2023. Para isso, primeiramente, realizou-se um levantamento bibliográfico, por meio eletrônico, utilizando o banco de dados *Scientific Electronic Library Online* para identificar artigos que tratavam da questão da imunização em nosso país. Uma das conclusões, a partir dos dados pesquisados, foi que o desafio enfrentado pela escola e pelo professor reside no desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas na importância da educação científica baseada em evidências e da educação em saúde. Enfim, o cenário pesquisado confirmou algumas das razões que contextualizam a atual observância da queda da cobertura vacinal.

**PALAVRAS-CHAVE:** formação de professores, educação em saúde, pandemia Covid 19, vacinação, Central QualiTOPAMA.

### 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela UFG. Prof. Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* Palmas, Colegiado do Curso de Pedagogia. Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos da UFT. [paulofernando@uft.edu.br](mailto:paulofernando@uft.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia. Bolsista no Projeto Central QualiTOPAMA. Universidade Federal do Tocantins (UFT), *Campus* Palmas. [layanepompeu@gmail.com](mailto:layanepompeu@gmail.com)

A imunização desempenha um papel vital no contexto da saúde pública no Brasil, sendo fundamental para a prevenção e controle de doenças infecciosas. O contexto histórico revela uma trajetória marcada por avanços significativos e desafios superados ao longo dos anos. O pioneirismo de Oswaldo Cruz, no início do século XX, com a introdução da vacina contra a varíola, representa um marco inicial e inspirador na história da imunização no país. O Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído em 1973, consolidou o compromisso brasileiro com a vacinação em larga escala.

No contexto brasileiro, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde (CGPNI/MS) desempenha um papel crucial na criação de normas, na aquisição e distribuição de imunobiológicos destinados a serem utilizados por diversas instâncias governamentais, além de suas responsabilidades na formulação de normas e procedimentos.

O PNI, por meio da CGPNI/MS, é encarregado de estabelecer o Calendário Nacional de Vacinação, abrangendo diferentes fases da vida, com calendários direcionados às populações infantil, adolescente, adulta e idosa. Atualmente, a imunização é um componente vital da resposta a epidemias, como a enfrentada durante a pandemia de Covid-19, reforçando a necessidade contínua de estratégias abrangentes e da conscientização da população sobre a importância da vacinação (BRASIL, 2023).

A decretação do estado de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, trouxe inúmeras consequências. A Situação de Emergência no Tocantins em razão da pandemia da Covid-19 foi decretada em 18 de março de 2020. Entre várias questões, além do aprofundamento da desigualdade social, ela evidenciou a resistência de expressivos setores da população em relação à vacinação e, conseqüentemente, um intenso debate sobre importância de uma educação em saúde acessível a todas as pessoas, independentemente de sua origem, idioma ou condição sociocultural. Isso engloba a tradução de materiais, a acessibilidade digital e a inclusão das comunidades marginalizadas, demonstrando que a educação em saúde é um processo contínuo. Além disso, a pandemia evidenciou a necessidade de uma população preparada para enfrentar ameaças à saúde, tornando-a mais consciente em relação às questões de

saúde e enfatizando a importância de acesso a informações sobre prevenção, sintomas e tratamento de doenças (BUTANTAN, 2023 a).

Em resumo, a pandemia reconfigurou a paisagem da educação em saúde, tornando-a mais adaptável, tecnologicamente avançada e centrada na prevenção de doenças. Contudo, pesquisas indicam uma significativa diminuição na cobertura vacinal no Brasil, especialmente durante a pandemia de Covid-19, representando uma preocupação de magnitude relevante no âmbito da saúde pública. Centros e institutos de pesquisa divulgaram dados preocupantes, em 2022, que evidenciam uma redução substancial nos índices de vacinação nos últimos dez anos, deixando a população, especialmente o público infantil, mais vulnerável a doenças que já estavam erradicadas no país, como sarampo e poliomielite (BUTANTAN, 2023 b). Embora o índice de vacinação ideal seja acima de 90%, pesquisa divulgada pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2023) do Ministério da Saúde, em 2022, revela que as taxas gerais de imunização têm ficado abaixo desse valor desde 2012, chegando a 50,4% em 2016; em 2021, a percentagem foi de 60,7%. Essa situação é especialmente alarmante, considerando que a imunização é uma ferramenta crucial na prevenção não apenas da Covid-19, mas também de outras doenças que continuam a ameaçar a saúde pública.

Diante de um cenário sanitário, político, econômico, cultural e social com elevado grau de complexidade surgem questões referentes ao papel da educação e da escola em relação aos reduzidos índices de cobertura vacinal, negacionismo científico e a resistência ao processo de vacinação para reduzir as mortes provocadas pela pandemia (FIOCRUZ, 2023). Portanto, uma questão emerge, qual seja: o retorno às aulas presenciais oferece um ambiente escolar com profissionais do ensino dispostos a reconhecerem a importância da campanha de vacinação dos estudantes enquanto um direito?

Compreendendo que a escola, enquanto uma importante instituição social na melhoria da qualidade de vida da população, cumpre um papel estratégico na elevação do nível de conhecimento científico, optou-se em viabilizar a atuação de licenciandas do curso de pedagogia para analisar a percepção do profissional do ensino no âmbito das direções nas unidades escolares municipais sobre a importância da vacinação dos estudantes.

A importância da educação em saúde no contexto da cobertura vacinal é incontestável, configurando-se como um investimento no bem-estar coletivo e na prevenção de doenças evitáveis.

Alguém terá saudades da poliomielite com seus milhões de acometimentos anuais no mundo, e as paralisias acometendo as crianças desafortunadas em que o vírus produzia comprometimento neurológico? Saudades das muletas e dos pulmões de aço? E hoje, graças à vacinação, essa doença desapareceu em nosso meio e está quase totalmente erradicada no mundo todo, objetivo este que, embora agora próximo, já poderia ter sido alcançado há algum tempo não fossem as interrupções da vacinação por causa de contestações político-religiosas contra a vacina Sabin em alguns poucos países asiáticos e africanos. (LEVI, 2013, p.2)

Nesse cenário, os cursos de formação de professores podem ocupar um papel relevante no desenvolvimento de uma educação que se converta numa importante ação no enfrentamento e a transformação das visões negacionistas e anticientíficas.

## 2 METODOLOGIA

As pesquisas documental e bibliográfica que implicam em um conjunto ordenado de procedimentos investigativos foram adotadas para compreender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e sanitárias no contexto da pandemia no que se refere ao debate sobre o direito à saúde e educação. A presente pesquisa exigiu tanto a interpretação do subjetivo (sentimentos, opiniões e percepções), quanto números estatísticos.

A pesquisa quali-quantitativa (ou mista) devido a sua combinação das pesquisas qualitativa e quantitativa, portanto, foi a que se apresentou como a melhor opção para enfrentar a questão orientadora da investigação. Dessa maneira, o método de pesquisa quali-quantitativa nos permitiu avaliar, sob um enfoque crítico, tanto os dados estatísticos quanto os significados das relações humanas.

Nessa direção, foi aplicado questionário com base na escala Likert para desenvolver o estudo de caso. Assim sendo, com o propósito de analisar as percepções dos profissionais da educação, em especial, diretores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares da rede pública municipal de Araguaína no estado de Tocantins, em tempo, a pesquisa envolveu 51 respondentes de um universo de 76 participantes na oficina pedagógica de educação em saúde, organizada pelo projeto Central QualiTOPAMA, no mês de maio de 2023.

O projeto Central QualiTOPAMA – Qualificação das Ações de Vigilância em

Saúde, Fortalecimento e Organização da Rede de Saúde Interfederativa (Rede TOPAMA) é executado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com o Ministério da Saúde e visa fortalecer a regionalização da saúde e a organização da Rede TOPAMA (110 cidades), a partir de um diagnóstico acerca dos desafios no Sistema Único de Saúde relacionados à Vigilância em Saúde, entendida como integrante da Rede de Atenção à Saúde, promovendo uma melhor integração entre as ações e serviços de saúde. Entretanto, em andamento, o projeto envolve 30 cidades (14 tocantinenses; 7 paraenses e 9 maranhenses) e está previsto o seu encerramento no mês de setembro de 2024.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Na oficina pedagógica de educação em saúde, em sua primeira atividade, os participantes foram cordialmente convidados a compartilhar suas percepções em relação a um conjunto de seis indagações com foco na problemática da cobertura vacinal. Por conta do espaço que o Congresso Norte-Nordeste PIBID/PRP nos oferece, selecionamos três indagações que permitem responder ao questionamento norteador mencionado na introdução.

Em um determinado momento da oficina pedagógica, foi proposto o questionamento sobre a pertinência de se desconfiar da segurança e eficácia das vacinas. As respostas obtidas revelaram o seguinte panorama: 45,1% discordaram integralmente da desconfiança, 21,6% discordaram parcialmente, porém mantiveram dúvidas. Já 21,6% concordaram com a necessidade de desconfiar, mas ainda abrigavam incertezas, enquanto 9,8% manifestaram concordância plena em desconfiar da segurança e eficácia das vacinas.

Antes da análise das respostas deste primeiro questionamento, vamos procurar esclarecer melhor a questão em tela. Quando se pergunta da “pertinência de se desconfiar da segurança e eficácia da vacina”, está se querendo levantar se as pessoas acham correto desconfiar de que as vacinas sejam seguras; sendo assim discordar desta afirmativa é um dado positivo, pois a pessoa não acha pertinente que se desconfie da eficácia e segurança das vacinas. Este apontamento é necessário pois o questionamento causou dúvidas em relação à resposta nos entrevistados. Vejamos então as respostas e a análise dos dados.



A análise desses dados sugere uma diversidade de atitudes em relação ao sentimento sobre a segurança e eficácia das vacinas. Chama nossa atenção que 45,1% discordaram integralmente do questionamento, portanto, é uma parcela expressiva dos respondentes que demonstra confiança nesse aspecto. Tal cenário, apesar de positivo, ainda é motivo de preocupação, pois a confiança nas vacinas é crucial para o êxito de programas de imunização, e tivemos 21,6% que discordou, mas manteve dúvidas, o que denota uma considerável ambiguidade na posição destes participantes. Obtivemos ainda 21,6% que concordaram com o fato de ser pertinente desconfiar da segurança e eficácia, e apesar de permanecerem com dúvidas, indicam hesitação sobre o tema, fator bem negativo.

A minoria, representada por 9,8% que concordaram plenamente na possibilidade de se desconfiar das vacinas, revela, mesmo um sendo em menor percentual um número alto pois são quase 10% dos respondentes. Conclui-se então que a presença de dúvidas tanto entre os que discordam quanto entre os que concordam demonstra a complexidade da percepção pública sobre esse tema. Essas incertezas, portanto, são alvos estratégicos para campanhas educacionais e informativas, visando esclarecer mal-entendidos e abordar preocupações legítimas.

Os dados indicam ainda que uma abordagem singular pode não ser eficaz, sugerindo a necessidade de estratégias multifacetadas para fortalecer a confiança nas vacinas, considerando as variadas opiniões e níveis de confiança presentes.

Em síntese, esses resultados apontam para uma amálgama de atitudes em relação às vacinas, com uma parcela considerável expressando desconfiança ou dúvidas. Uma abordagem cuidadosa e personalizada pode ser necessária para abordar as preocupações específicas levantadas pelos diferentes grupos e, portanto, podemos afirmar que o desenvolvimento de campanhas educativas em relação a importância e eficácia da vacinação seja fundamental para ampliação da cobertura vacinal.

Outra oportunidade permitiu a indagação ao mesmo conjunto de indivíduos sobre a vacinação ser uma escolha de caráter individual, mas com impacto na saúde coletiva. Dentro desse grupo, 84,3% dos entrevistados afirmaram concordar integralmente, enquanto o restante da amostragem se dividiu entre aqueles que abrigam dúvidas e os que discordam completamente, ou ainda, os que não souberam opinar. Esses dados apontam para uma firme inclinação à percepção de que a

vacinação constitui uma decisão de natureza individual com implicações substanciais na saúde coletiva.

A notável percentagem de 84,3%, que expressou concordância integral, destaca uma ampla aceitação da concepção de que a decisão individual de se vacinar repercute de maneira relevante na saúde coletiva. A expressiva concordância sugere uma disseminada consciência da responsabilidade coletiva na preservação da saúde pública por meio da vacinação, refletindo possivelmente uma compreensão profunda do papel da imunização na prevenção de doenças e na promoção do bem-estar da comunidade. Ainda, assim, ações educacionais que reforcem as consequências coletivas pelo ato do indivíduo não buscar a vacinação devem ser intensificadas e, considerando o resultado da consulta, com grandes chances de sucesso na ampliação do índice de vacinação.

A fração residual, dividida entre aqueles que concordam, mas mantêm dúvidas, e os que discordam completamente, aponta para a existência de uma minoria com perspectivas distintas. Essa diversidade de opiniões sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender as razões subjacentes a essas posições. A presença de respostas como "concordo, mas tenho dúvidas" e "discordo totalmente" sugere a possível existência de pontos de preocupação ou falta de clareza entre uma parcela da população, ressaltando a importância de campanhas educacionais para elucidar dúvidas e fornecer informações precisas acerca da relação entre a vacinação individual e a saúde coletiva.

Os resultados destacam, em suma, a contínua relevância de iniciativas educativas visando promover uma compreensão mais profunda da importância da vacinação, não apenas como uma escolha individual, mas como uma contribuição vital para a proteção da saúde da comunidade.

Em resumo, os dados apontam para um consenso expressivo na concepção de que a vacinação constitui uma decisão individual com repercussões diretas na saúde coletiva.

Posteriormente, indagou-se acerca da perspectiva quanto à obrigatoriedade da vacinação para todos, obtendo-se como resposta um índice de 49% de concordância plena, 19,6% de concordância acompanhada de dúvidas, 15,7% de discordância integral, 13,7% de discordância com ressalvas, e 2% que não souberam opinar. Estes dados delineiam uma diversidade de opiniões concernentes à imposição da vacinação universal.

A maioria expressiva, representando 49%, concorda integralmente com a concepção de que a vacinação deva ser compulsória para todos, sinalizando um substancial respaldo à implementação dessa medida com o propósito de assegurar elevadas taxas de imunização na coletividade. A presença da parcela de 19,6% que concorda, mas mantém dúvidas, denota uma facção que, embora inclinada à obrigatoriedade, ainda nutre reservas ou incertezas, sublinhando a complexidade intrínseca à matéria, mesmo entre aqueles que, em linhas gerais, concordam.

A percentagem de 15,7% que discorda integralmente sugere uma considerável resistência à ideia de tornar compulsória a vacinação para todos, podendo essa oposição estar vinculada a preocupações sobre a eficácia, a liberdade individual ou a outras considerações. Os 13,7% que discordam, mas mantêm dúvidas, indicam uma porção da população que expressa discordância, mas que igualmente conserva incertezas, possivelmente derivadas de ponderações complexas ou ambíguas acerca da obrigatoriedade da vacinação com base na sua eficácia.

A minoria, representada pelos 2% que não souberam opinar, sugere que uma parte reduzida dos respondentes pode não possuir conhecimento ou, quiçá, não tenham refletido de maneira suficiente sobre o tema.

Esses dados sublinham que a questão da obrigatoriedade da vacinação é intrincada, abrangendo uma diversidade de perspectivas na sociedade. A interpretação desses resultados destaca a imperatividade de diálogo, educação e ponderação cuidadosa ao abordar políticas relacionadas à vacinação compulsória.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Primeiramente, a interpretação do conjunto de dados coletados pela pesquisa sugere que o retorno às aulas presenciais oferece um ambiente escolar favorável para desenvolvimento de ações educacionais em saúde com profissionais do ensino dispostos a reconhecerem a importância da campanha de vacinação dos estudantes enquanto um direito.

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2023 a) também indicam que programas de conscientização e parcerias entre escolas e serviços de saúde têm o potencial de aumentar a cobertura vacinal, contribuindo para a prevenção de surtos de doenças evitáveis. A imunização promovida nas escolas não apenas beneficia os alunos diretamente, mas também cria um efeito multiplicador ao influenciar positivamente suas famílias e comunidades. Diante desses resultados, evidencia-



se a necessidade de uma abordagem integrada, envolvendo os setores de educação e saúde, para fortalecer a promoção da imunização nas escolas. Assim, ao formar nossas futuras professoras, as licenciaturas são espaços fundamentais para esclarecer e conscientizar a comunidade a fim de promover a saúde e prevenir doenças por meio da vacinação. Alertar as licenciandas que o diálogo é uma ação estratégica essencial junto aos responsáveis pelas crianças, sem dúvida, é uma tarefa urgente para estabelecer parcerias de sucesso.

Ainda que a pesquisa tenha revelado que a problemática da obrigatoriedade da vacinação para professores/as e estudantes, em escolas públicas, esteja polarizada, com uma maioria que respalda a medida, mas uma considerável minoria que se opõe, seja de maneira total ou acompanhada de dúvidas, o enfrentamento é imprescindível (FIOCRUZ, 2023). Essa diversidade de perspectivas destaca a urgência do diálogo na acepção de Paulo Freire (1987), da educação ao longo da vida e da compreensão das preocupações específicas para informar políticas relacionadas à vacinação nesses segmentos da população.

Diante do exposto, não há como negligenciar a importância da educação em saúde nos cursos de formação de professores.

A existência de incertezas sugere a imperatividade de compreender e abordar as preocupações específicas desses grupos. Nesse contexto, é crucial adotar uma abordagem abrangente que englobe campanhas educacionais, diálogo contínuo e estratégias personalizadas para enfrentar as diversas perspectivas e consolidar a confiança na vacinação. A atenção às preocupações específicas, a transparência nas comunicações e a colaboração entre as autoridades de saúde e a comunidade educacional emergem como elementos fundamentais para o êxito das iniciativas de imunização.

## **5 AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Diretoria de Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde (TED nº41/2018).

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. SI-PNI - **Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações**: apresentação. Disponível em: <http://pni.datasus.gov.br/apresentacao.asp>. Acesso em 01 dez 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Imunização é tema da Semana Saúde na Escola**. Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). Publicado em: 25 mar. 2019. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/5334> Acessado em: 25 nov. 2023 a.

BUTANTAN. **Entenda o que é uma pandemia e as diferenças entre surto, epidemia e endemia**. Instituto Butantan. Disponível em <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/entenda-o-que-e-uma-pandemia-e-as-diferencas-entre-surto-epidemia-e-endemia>. Acesso em 28 nov. 2023a.

BUTANTAN. **Queda nas taxas de vacinação no Brasil ameaça a saúde das crianças**. Portal do Butantan. Publicado em 07 de mar. 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/queda-nas-taxas-de-vacinacao-no-brasil-ameaca-a-saude-das-criancas>. Acesso em 10 de out. 2023b.

DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Sobre o DATASUS**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/sobre-o-datasus/>. Acesso em: 28 set. 2023.

FIOCRUZ. **Especialistas sugerem vacinação nas escolas para aumentar adesão**. Fiocruz – Canal Saúde. Publicado em: 28 set. 2023. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/especialistas-sugerem-vacinacao-nas-escolas-para-aumentar-adesao28092023> Acessado em: 28 nov. 2023.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

LEVI. G.C. **Recusa de vacinas: causas e consequências**. São Paulo: Segmento Farma, 2013. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2082-causas-e-consequencias-da-recusa-de-vacinas> . Acesso em: 30 agosto. 2023.